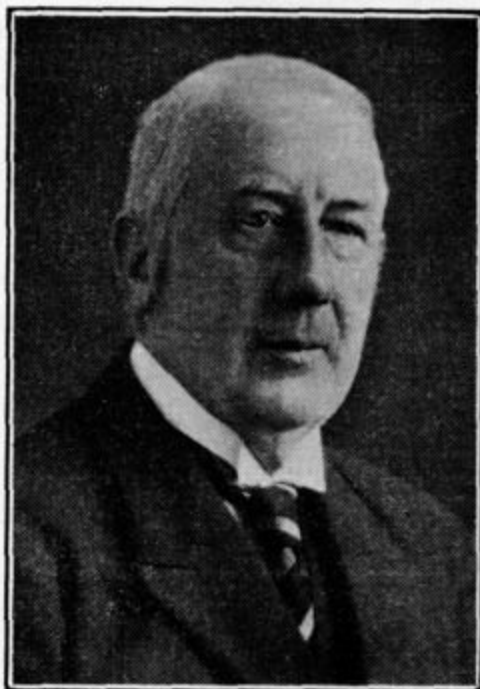


A EMBAIXADA DO PADRE MESTRE INÁCIO MASCARENHAS À CATALUNHA EM 1641

Transportando-nos na imaginação a Portugal nos princípios de 1640 e para o convívio dos homens desejosos de recuperar para o país a independência que perdera em 1580, procuremos penetrar nas suas perplexidades.

Para poderem levantar-se com êxito contra o domínio alheio, ou necessitavam obter o auxílio estrangeiro, ou escolher um momento em que o governo de Filipe IV se encontrasse tão embaraçado que não pudesse reagir; de outra maneira seria loucura da parte deles entrar em luta com a Espanha, naquele tempo uma das três grandes

potências europeias. Durava ainda a Guerra dos Trinta Anos e a França, cabeça da coalisção contra a Casa de Áustria, tinha em várias ocasiões incitado os portugueses a se libertarem, prometendo o seu apoio, mas a não ser que man-



DR. EDGAR PRESTAGE
Prof. da Universidade de Londres

dasse um corpo expedicionário, como ulteriormente, em 1808, fez a Inglaterra, uma revolução, mesmo se fôsse vencedora, seria provavelmente desfeita em breve por uma invasão espanhola. Portugal não possuía organização militar própria, o governo de Madrid tinha deixado cair em ruínas as fortalezas fronteiriças e faltavam armas e dinheiro.

Todavia a insurreição na Catalunha veio dar esperanças aos patriotas, mas quando o Conde Duque de Olivares chamou à Côrte os nobres e os cavaleiros das Ordens Militares a fim de acompanhar o Rei na campanha contra os rebeldes (pretexto para os tirar de Portugal e deixar o país sem os seus chefes naturais), estes viam-se num dilema. Se obedecessem, entregavam-se nas mãos do valido com a certeza que êle, em prosseguimento da sua política centralizadora, havia de suprimir as suas últimas liberdades logo que os Catalães ficassem vencidos: na alternativa podiam furtar-se à jornada e afrontar os perigos inherentes a uma revolta, que, embora graves, deviam ser gloriosos. Movidos por lealdade a Felipe IV ou por comodismo, muitos seguiram para Madrid; outros contudo, seguros do concurso popular e fradesco, deliberavam levantar a luva, com o resultado que a história regista. O Duque de Bragança procedia com subtileza e prudências raras, assim contribuindo para o êxito da conspiração. Vejamos como um observador contemporâneo apreciava a sua conduta:

«Il Duca, ancor che riputato di rozzo intendimento, sostenne la sua causa con tanto giudizio, che mandando a riempire l'exercito di Tarragona con quantità considerabile de'suoi sudditi et adherenti, schivo la venuta della sua persone, e deludendo l'arte con l'arte, se ritiro a Villa Viciosa, per levar l'opinione di macchine pregiudiciali alla ragione di stato» (1):

(1) *Caduta del Conte d'Olivares*, por P. Ippolito Camillo Guidi, ed. de Alfred Morel-Fatio, pág. 36.

Em vista da distância que separava os dois países, Portugal não podia contar com o auxílio rápido da França, mas a Catalunha, cujos limites confinavam com os franceses, estava em condições diversas. Sabedora dos desígnios que o Conde Duque nutria contra os seus privilégios, entrou em negociações secretas com Richelieu em Março de 1640, ao mesmo tempo que protestava a sua fidelidade ao Rei Filipe; em 15 de Agosto celebrou-se um acôrdo provisional e em Outubro chegou a Barcelona um enviado francês a fim de tratar da sua confirmação. Os Catalães anhelavam a independência e custava-lhes trocar um rei por outro, mas prevendo que não podiam suportar sósinhos a despesa duma guerra contra a monarquia espanhola, assinaram em 16 de Dezembro o tratado formal com a França e em 23 de Janeiro aceitaram a soberania de Luís XIII, proclamando-o Conde de Barcelona.

As tendências separatistas do Principado tinham-se manifestado na primavera do ano anterior. O primeiro motim na capital deu-se em Maio de 1640 e foi seguido por outro mais grave no dia do Corpo de Deus, que levou à morte o Vice-Rei, mas o govêrno central, que não compreendia a sua importância, só fez esforços tardios para a repressão. Embora o exército real tivesse entrado na Catalunha em Setembro, ficou por alguns meses inactivo em Tortosa e não saiu de lá caminho de Barcelona antes de 7 de Dezembro. Depois de tomar posições perto do Col de Balaguer, pôs cerco à pequena vila de Cambrils que se rendeu em poucos dias; mas apesar das capitulações, os habitantes foram massacrados, e êste acto traiçoeiro irritou os Catalães e fortaleceu a sua resistência; animou-os também a presença de tropas francesas e quando o exército real apareceu em frente de Barcelona, encontrou a cidade preparada para defender-se. Foi nesta ocasião que chegou o embaixador de D. João IV.

Logo que se proclamou a independência de Portugal, os

conspiradores vitoriosos apressaram-se a informar as potências estrangeiras do sucesso; no mesmo 1.º de Dezembro enviaram as notícias à França e aos Catalães, nos quais os portugueses viam aliados certos e úteis. Em nome da nobreza de Portugal mandaram uma carta aos deputados de Catalunha, assinada pelos Arcebispos de Lisboa e Braga, o Conde de Cantanhede, Fernão Teles de Meneses, D. Gastão Coutinho, Francisco de Melo, Monteiro-mór, António de Saldanha, D. João da Costa, D. António Telo, o Visconde e o Conde de Tarouca (1).

Disseram que D. João IV tinha sido aclamado Rei em Lisboa sem contradição alguma e com contentamento de todo o reino, e que os Portugueses estavam dispostos a morrer pela defesa dêle e da sua liberdade; confiavam os signatários que todos os Príncipes cristãos e estados católicos os ajudassem, principalmente os Catalães, que tinham intentado outra empresa semelhante pela sua liberdade e conservação de seus foros.

Esperavam por momentos a chegada do Rei a tomar posse da corôa e lhe lembrariam a conveniência de conservar a amizade antiga entre os Príncipes de Portugal e Aragão, entendendo que logo se trataria disso por um embaixador enviado a êste efeito. No intermédio pediram aos Deputados que lhes enviassem os Portugueses que lá estavam, mandando avisar aos que se achavam nos exércitos espanhóis para que passassem a Barcelona, aonde iriam embarcações e dinheiro para que podessem vir para Portugal.

A carta foi entregue a um Português e quatro Catalães, mas não chegou ao seu destino, porque o navio que os transportava caiu nas mãos dos espanhóis que aprisionou os enviados. O mesmo tinha acontecido, ao que parece, à cara-

(1) Há cópia na Biblioteca da Ajuda, cód. 51/V/7, fl. 9.

vela que saiu em 1 de Dezembro para a Catalunha com as noticias da revolução (1), mas o embaixador de D. João IV, o primeiro que mandou ao estrangeiro, teve melhor sorte. Foi o Padre Inácio Mascarenhas (2), jesuíta, irmão do Conde de Santa Cruz e parente do próprio Rei, e levava por companheiro outro jesuíta, o Padre Paulo da Costa. A sua *Instrução*, se é que a tinha, extraviou-se, mas pela carta de crença de 19 de Dezembro de 1640 vê-se que o fim da sua missão foi o de concluir uma aliança entre Portugal e Catalunha contra o inimigo comum. Em seguida ao seu regresso escreveu um relatório destinado ao Rei. Na versão impressa que reproduzo da edição primitiva (3), não dá, nem era natural que desse, pormenores sôbre as suas negociações; limita-se a registar os resultados, mas descreve com clareza e em palavras simples o que fez, viu e experimentou numa viagem arriscada e cheia de peripécias, pintando um quadro curioso da vida diplomática do período. É provável que a sua *Relaçam*, como as de João Franco Barreto e António Moniz sôbre as embaixadas à França e Suécia, fôsem publicadas com o fim de animar os Por-

(1) *Memorial Historico Español*, vol. XVI, pág. 109 e vol. XXV, pág. 369.

(2) Foi filho de D. Fernando Martins Mascarenhas e de D. Maria de Lencastre, filha de D. Diniz de Lencastre, embaixador na França e Holanda. Entrou na Companhia de Jesus em 1622, professando em 1644. Ensinou na Universidade de Évora, foi Reitor do Colégio de Santo Antão e morreu Preposto de S. Roque em 1669 aos 62 anos de sua idade. Além da *Relaçam* adiante referida escreveu um tratado *Justicia del inclyto Rey D. Juan el 4.^{to} de Portugal, arbol de los Reys Portuguezes, Caça de Bragança, leys de Lamego, etc.*, que foi impresso em Barcelona em 1642.

(3) Servi-me do exemplar que existe no Museu Britânico; o opúsculo é bastante raro, motivo porque torno a imprimi-lo. Desdobrei as abreviaturas e modernizei a pontuação, a fim de facilitar a leitura.

tugueses, mostrando-lhes que o govêrno tinha preparado os meios da defesa e que o novo regime gozava de simpatias no estrangeiro. Em todo caso é digna de nota a pressa que houve em dá-la à luz, pois embora o relatório seja datado só de 20 de Julho, o opúsculo obteve em três dias as licenças do Santo Ofício, do Ordinário e do Desembargo do Paço. Na guerra dos vinte oito anos a imprensa teve pela primeira vez em Portugal papel importante, que ainda não foi estudado; os elementos encontram-se no volume XVIII do *Dicionário Bibliográfico*, na lista dos panfletos e gazetas que saíam ano por ano a descrever as várias fases do conflito.

Passo agora a sumariar o que Mascarenhas relata da sua embaixada.

Partiu de Lisboa em 7 de Janeiro de 1641 e do Tejo em 14, tendo escolhido para a viagem um navio genovez bem armado, que sendo neutral oferecia maior segurança. Perto do Cabo de S. Vicente e em outras paragens êste foi reconhecido por corsários turcos, mas nenhum se atreveu a atacar, embora certa noite uma nau tivesse tentado apanhá-lo por meio dum ardil.

Levados por uma tempestade às alturas da ilha de Malhorca, os viajantes pensavam em recolherem-se a ela, mas felizmente mudaram de propósito, pois estava por Castela e não pela Catalunha, como supunham. Em 24 lançaram ferro na enseada de Barcelona debaixo do baluarte, e cuidando que o navio era a favor do inimigo, os soldados quiseram atirar e prenderam os remeiros do esquife que foi a terra com tenção de os tratar, até que estes declararam que traziam embaixador de Portugal ao Principado. Ainda desconfiados, vieram a bordo alguns Catalões e Franceses armados e estando já perto, bradavam em castelhano que Deus estava com êles. Ouvindo os Portugueses esta língua, pegaram em seus mosquetes, mas tudo se serenou quando os visitantes declaravam que Luís XIII tinha sido proclamado

Conde de Barcelona. Mascarenhas soube então que chegara tarde demais para efectuar o seu fim principal, mas quando entendeu que o exército real estava a ponto de dar batalha, desembarcou logo que ponde, e sem descansar na casa que lhe foi destinada, saiu para publicar as notícias da revolução do 1.º de Dezembro. Encontrava os cidadãos desanimados, porque o exército real era três vezes superior em número ao seu, a traição lavrava entre eles e o governador da fortaleza de Montjuich, chave de Barcelona, tinha desertado para o inimigo levando a planta e deixando as peças de artilharia carregadas de laranjas e areia.

Portanto Mascarenhas chegou num momento crítico e a sua vinda foi oportuníssima. Os Catalães souberam dêle pela primeira vez que Portugal tinha Rei e o seu regozijo não tinha limites.

Ao princípio não podiam acreditar a nova e pediram a sua carta de crença para se certificarem da verdade, pondo-a sôbre a cabeça em sinal de reverência: a causa de sua incredulidade nascia de não saberem ao certo dos sucessos de Lisboa, pois os espanhóis tinham espalhado notícias viciadas, dando a Portugal com motins mas não com Rei. Mas quando Mascarenhas lhes disse que D. João IV desejava assistir-lhes e que tratava de atacar o inimigo com grosso exército, os ouvintes cobravam tal ânimo que, no dizer do embaixador, pareciam leões, e para que todos se revestissem do mesmo valor, mandaram que corresse palavra pelo exército, muralhas e trincheiras de que vinham socorros de Portugal. Em vista do efeito produzido pelas suas declarações, merecem desculpa os exageros de Mascarenhas; os catalães também de sua parte não se cingiam à verdade nua e crua ao dizerem que gostariam de ter recebido as notícias mais cedo e de estarem mais vizinhos de Portugal para poderem eleger a D. João IV por Rei, como elegeram os seus antepassados ao Condestável D. Pedro.

A batalha de Montjuich, a que o embaixador assistiu, travou-se sabado 26 de Janeiro: em seguida a uma luta renhida de três horas, os Realistas apossaram-se das trincheiras e chegaram a plantar uma bandeira nas muralhas da fortaleza, mas quando tinham a vitória por sua, um grupo pequeno de Catalães, trinta, segundo Mascarenhas, e quarenta, segundo D. Francisco Manuel (1), saindo de refresco com gritos de «já vem socorro de Portugal, já chega o de França» caíram sobre os Realistas, os quais, tomados de surpresa e de pânico, fugiram pelo monte abaixo. A derrota foi completa; o Conde de Tyrone, coronel dos Irlandeses e Simão de Mascarenhas, que comandava o têrço português, foram feridos, muitos cabos principais morreram e os vencedores tomaram catorze bandeiras (2).

O embaixador atribue a vitória inesperada, e para êle milagrosa, a três causas: ao esforço que os Catalães cobraram com a sua embaixada e às notícias que trouxe, às orações dirigidas a Deos e a Santa Eulália, e à cooperação dos religiosos e das mulheres, que não se contentavam só com matar os espanhóis, mas pretendiam haver lembrança dos que deixavam mortos e nas espadas traziam espetados, qual as orelhas, qual os narizes, qual as línguas. Mascarenhas procura desculpar esta «feridade» à vista da conduta do Marquês de los Veles em Cambrils, a que já me referi.

Tendo enviado as cartas para os oficiais portugueses no exército real, convidando-os a voltar ao reino, o embaixador não tinha mais a fazer, mas quando foi dar o parabem da vitória aos Deputados, soube que desejavam socorro da

(1) *A Guerra de Cataluña* liv. 5, contém uma descrição pormenorizada da batalha.

(2) Em carta escrita de Tarragona em 19 de Março de 1641, Simão de Mascarenhas descreve em resumo a batalha. *Memorial Historico Español*, vol. XXII, pág. 355.

França, o que não podiam pedir, nem por terra, nem por mar, por se oporem a isto as forças inimigas; e considerando quanto dependia a conservação de Portugal do bom successo dos Catalães, ofereceu-se a ir a Marselha trazê-lo, oferta que foi aceite. Deu à vela no dia seguinte, mas sobrevindo calmaria, o navio esteve surto por dois dias a três léguas da cidade e neste tempo chegou o Duque de Fernandina com as suas galés para auxiliar o exército Real. O embaixador achou-se em grande perigo, mas ou o Duque não reparou no navio, ou por qualquer motivo não quis tomá-lo. Acabada a calmaria, sofreu Mascarenhas um pé de vento muito forte no golfo de Leão, e embora escapasse do naufrágio iminente, foi-lhe impossível aportar a Marselha e teve de ir a Genova, onde desembarcou em 6 de Fevereiro, com tenção de seguir por terra a França. Dali escreveu a Marselha dando conta do estado de Barcelona para lhe grangear socorro, e montavam tanto as suas cartas, que o Cardeal de Leão e o Governador de Provença mandaram lá navios com armas, gente e mantimentos, com que os Catalães se deram por seguros, e mais com a saída do Arcebispo de Sourdis com a sua armada, que impediu que os espanhóis abastecessem as suas tropas no Principado.

Quando se soube em Genova destas diligências do embaixador e quem era, a sua vida começou a correr perigo, porque a cidade contava muitos partidários del-Rei Felipe. Na estalagem em que se hospedava havia criados do Marquês de Leganés, ex-governador de Milão, os quais recebiam visitas dos seus amigos genoveses e entre uns e outros planeava-se matá-lo. Avisado do trama, êle e o companheiro com trajo mudado recolheram-se a outra casa, escapando aos espiões que lhe vigiavam os passos. Verificada a sua partida, uns diziam que tinham ido a Roma, outros à França, e homens armados foram despachados por mar e terra no seu alcance; uma embarcação que se mandou ao golfo de

Spezia na sua busca afundou-se, morrendo a tripulação. Com a chegada do Marquês de Leganes a Genova cresceram as diligências para capturar o embaixador, e quinhentos dobrões foram oferecidos aos que o descobrissem. Tendo sabido que êle ainda estava na cidade, o Marquês foi em pessoa pedi-lo ao Senado, alegando que era traidor espanhol e que como rebelde ao Rei Felipe lhe entregasse, mas não foi atendido. Em seguida vexava e perseguia os que amparavam Mascarenhas, que se viu forçado a mudar de residência, indo primeiro para casa dum clérigo e depois para outra dum cavaleiro «que não temia nem devia». A esta lhe puzeram cêrco para que não pudesse sair, tanto que foi queixar-se ao Senado, que lhe ofereceu guardas em sua defesa.

Afinal soube da próxima partida de três navios holandeses e fretou a todos para pô-lo em França e aos 21 de Março embarcou, levando até os caes na sua guarda duas companhias de soldados, com o que os espanhóis e seus sequazes ficaram corridos. Vendo frustrados os seus intentos, o embaixador diz que deu por bem empregado o enfado de quarenta e dois dias de «sepultura», e que em todos os riscos por que passava nunca lhe faltou a confiança que Deus o livraria, como fez, pois eram «por um Rei e reino que Êle tinha tomado à sua conta».

Atravessando a França tornou a Barcelona para colher o fruto das missivas que espalhára e nesta cidade mandou imprimir a sua carta de crença e a provisão régia. Foi bem acolhido pelos Deputados, porque, como disseram a D. João IV em carta de 15 de Abril, concorriam nêle tais e tantas partes naturais que o faziam amado de todos que o tratavam. Os cabos portugueses corresponderam ao apêlo da pátria e o embaixador poudo conduzir 200 oficiais e soldados a Bordeos donde os enviava a Portugal.

Sabendo que outros tinham chegado a Barcelona depois de sua partida, despachou para lá o Padre Paulo da Costa

a fim de buscá-los, enquanto êle próprio embarcou na Rochella em direcção a Lisboa, levando consigo 9 capitães, 4 alferes e 50 soldados. Ulteriormente, por diligência do missionário indio Frei Miguel da Purificação, que estava em Barcelona cuidando da impressão dum livro (1), outros militares portugueses deixaram o serviço de Espanha, e foram encaminhados a Portugal pelos Deputados da Catalunha.

Embora não lhe fôsse possível negociar um tratado de aliança com os Catalães, Mascarenhas, como já vimos, recrutou para o exército Português soldados experimentados, e apressando o auxílio francês para o Principado, habilitou o a continuar na sua resistência e a deter forças espanholas que de outra maneira teriam atacado Portugal. Não há meio de verificar muitos dos seus informes pela falta de documentação alheia, mas se os aceitamos como verídicos, e não vejo motivo para duvidar da sua exactidão, é evidente que a sua embaixada foi a mais frutífera de quantos D. João IV despachou nos princípios da Restauração, a não ser a da França.

Nos escritos e na correspondência dêstes embaixadores o que surpreende o leitor moderno, acostumado a um meio de materialismo e filáucia, é a sua fé religiosa e patriotismo. Se a primeira nem sempre brilhava nas obras, e *humanum est errare*, o mesmo não se pode dizer do segundo, que foi notável e não ficou em palavras, como acontece tantas vezes hoje. O Marquês de Nisa voltou da sua primeira embaixada à França tão pobre que não podia viver na Côrte; no fim da segunda tinha vendido a prata e mobília e não obstante, devia somas enormes que gastára em prol do país. Até chegou a ter o fato embargado em Nantes por um crêdor. O Dr. João de Guimarães viu-se forçado a levantar dinheiro sôbre os seus bens em Portugal para poder

(1) *Vida Evangelica y apostolica de los Frailes menores en Oriente*, Barcelona, 1641.

permanecer em Estocolmo, porque os ordenados andavam meses e até anos em atrazo; Francisco de Sousa Coutinho vivia sempre apertado na Haia, devido à demora dos pagamentos da tesouraria. No século actual o embaixador que se encontrasse nestas condições dava a demissão do cargo; êles entendiam o dever de outra maneira; contudo é forçoso confessar que um Rei do antigo regime sempre oferecia mais garantias na matéria de galardão que aquele ente efémero, o ministro constitucional.

No arquivo da Corôa de Aragão existe uma descrição resumida da embaixada do Padre Mascarenhas que passo a transcrever:

«En aquest mateix dia (1) entrá una nau de Portugal de Portugal enviada per lo Sr. Rey de Portugal, la qual aportave dos embaxadors tramesos á ses S.S., donantlos avis de la nova de sa Coronació: los Deputats los enviaren á cercar ab carrossas y alguns cavallers desta ciutat, en ocasió que se estava en lo mig de la pelea de Monjuhich, y dits embaxadors estavan preguntant si en lo fort de Monjuhich hi havia gent de reputatió; responguesels que no y havia que tenir cuydado, que abans de rendirse moririan tots: hospedárense en casa de Don Phelip Vilana, pagador general del exercit, hont dinaren dit die, y en la tarda vingueren en la present casa, los quals foran rebuts ab molta ostensió: hisqueren à rebrerlos dos dals Señors Oydors ab masses altes, y entraren en Consistori y se assentaren en lo mig dels Srs. Deputats Ecclesiastich y militar, y precehint grandíssimas cortesias, entregaren á ses S.^{ries} las lletras de crehensa per dit Sr. Rey despedides, las quals demanaren llegir ab veu alta al scrivá maior, y llegidas aquellas expli-

(1) 26 de Janeiro. Segundo a *Relaçam*, Mascarenhas chegou em 24.

caren sa embaxada, feut molt grans offertas á la Provincia, offerintse valerlos en tot lo que fos benefici de la Provincia, ab molta puntualitat y voluntat, guardant y renovant en tot la amistat y correspondentia que sempre han tingut los portuguessos ab los catalans. Y la mateixa oferta fonch feta, parlant lo Sr. Deputat ecclesiastich en nom de la Provincia, y després de molt gran rato de conversatió, se despediren ses S.S. dient que aquella nit mateixa se havian de embarcar y marxar, perque portaven orde de son Rey de fer la mateixa diligentia ab lo christianissim Rey de França y passar à Roma ab la mateixa embaxada pera Sa Santidad, y ab lo mateix acompanyament foren acompanyats fins al cap de la escala de la present casa: las lletras de crehensa manaren ses S.S. fossen originalment cusidas en lo present dietari signadas de lletra A (1)».

O que sabemos da embaixada que os Catalães mandaram em troca deriva de documentos impressos no *Memorial Historico Español* (2).

O embaixador Jacinto Sala, cidadão honrado de Barcelona, se fez acompanhar dum cavaleiro chamado Cervera; partiram em 17 de Fevereiro de 1641 para Rochela, onde embarcaram, chegando a Lisboa pelos 10 de Abril. Foram recebidos com tôda a distinção e quando Sala adoeceu, foi tratado pelos médicos do Rei e visitado por D. João IV em pessoa. Trouxe carta dos conselheiros de Barcelona datada de 15 de Fevereiro, em que, depois de dar ao Rei os parabens da aclamação, de lhe agradecer a embaixada de Masca-

(1) *Memorial Historico Español*, vol. XXII, pág. 377.

(2) *Idem*, vol. XXII, pág. 64, 66, 378 a 389 e vol. XXV, pág. 369, 376-7, 380. No vol. XVI há uma versão castelhana da *Relaçam* feita em 1643 e cartas que noticiam os sucessos de Dezembro de 1640 em Portugal, que embora valiosas, nunca vi citadas em publicação portuguesa.

renhas e de descrever a vitória de Montjuich, informaram que tinham elegido a Luís XIII para os governar e pediam o auxilio prometido. Sala trouxe carta semelhante dos Deputados.

A sua *Instrução* consistia em resumo do seguinte:

1.º Tinha de entregar a carta dos Deputados ao Rei, dar-lhe o parabem de sua aclamação e declarar o regosijo dos Catalães por êste successo.

2.º Agradecer-lhe o ter mandado noticias de Portugal pelo Padre Mascarenhas.

3.º Explicar que os Deputados não lhe tinham feito saber o estado das suas cousas pelas suas occupações em prevenir a defesa e porque os caminhos por terra não eram seguros; faltavam-lhe navios e as galés espanholas vigiavam a costa.

4.º Relatar os successos da Catalunha ao Rei e aos ministros e oferecer memoriais e papéis.

5.º Agradecer a assistência prometida e oferecer tôda a correspondência da parte do Principado.

6.º Indagar dos ministros se o Rei podia ajudar a Catalunha com dinheiro e pedir que a assistência prometida pela carta real e embaixada revestisse esta forma, porquanto o Rei da França assistia com gente. Os catalães precisavam de dinheiro porque até aquele tempo tinham suportado sòsinhos as despesas da guerra, e lucrando Portugal com o conflito, o dinheiro havia de ser dado; se contudo não podia ser desta maneira, Sala tinha de pedi-lo emprestado, e se não fôsse em moeda corrente, podia ser em açucares e outras mercadorias.

As comunicações entre Portugal e Catalunha eram morosas e uma carta escrita por Sala em 5 de Maio aos Deputados, noticiando a sua chegada a Lisboa e a boa recepção que tivera, levou três meses a chegar ao seu destino. Em 9 de Agôsto responderam, observando que se o Rei olhasse à importância para Portugal de ocupar as fôrças espanholas

do lado da Catalunha, assistiria aos Catalães com tropas pagas por êle, ou com dinheiro. Estranhavam que Sala não tivesse dito uma palavra sôbre o ponto essencial da sua *Instrução*, que era o socorro ou empréstimo em dinheiro ou mercadorias de 200.000 *livras*, que tinha ordens para obter, e lhe recomendavam que fizesse êste pedido imediatamente ao Rei e aos ministros.

Esta quantia naturalmente viria mencionada na *Instrução secreta* que não existe hoje.

No intervalo D. João IV mandara um enviado especial, Feliciano Andrade, á Catalunha para se inteirar do estado das operações militares e das fôrças francesas, autorizando o a declarar que tinha seu exército na fronteira espanhola e só aguardava resposta do Principado para invadir Castela; que os Catalães e Franceses haviam de entrar em Madrid pela porta de Saragoça e que êle D. João IV entraria pela porta de Toledo. Em carta de 21 de Junho os Deputados insistiam com êle para que desse êste passo. Todavia estes belos planos nunca se realizaram. Segundo o Conde da Ericeira, o Rei ficou mal satisfeito com Sala, e desconfiava que tinha sido subornado pelos espanhóis e que tratara com o Arcebispo de Braga e mais conspiradores; porisso despediu o embaixador com palavras de cumprimento e oferecimentos que não surtiram efeito e em 31 de Julho dirigiu uma carta incolor aos Deputados (1).

Esta defecção prejudicou a causa comum e desgostou os Catalães (2), mas no melhor dos casos Portugal mal lhes podia ter ministrado auxílio pecuniário, pois, como foi dito a Sala, tinha as mesmas necessidades que êles.

João Prestage

(1) *Portugal Restaurado*, 1.^a ed., vol. I, pág. 149.

(2) *Memorial Historico Español*, vol. XVI, pág. 214.